

AÇÃO POPULAR

A LegalTech da Democracia Direta

Fabio Odaguiri LL.M.

Wilson Amore

Sumário

| | | |
|------|---------------------------------------|-----------|
| I. | Resumo Executivo | 2 |
| | Destaques | |
| | Objetivos | |
| | Declaração de missão | |
| | Chaves para o sucesso | |
| II. | Descrição dos negócios | 3 |
| | Propriedade da empresa/entidade legal | |
| | Local | |
| | Interior | |
| | Horas de operação | |
| | Produtos e Serviços | |
| | Fornecedores | |
| | Lista de Preços | |
| | Fabricação | |
| | Gerência | |
| | Gerenciamento Financeiro | |
| | Resumo de aquisição e aquisições | |
| III. | Marketing | 7 |
| | Análise de Mercado | |
| | Segmentação de mercado | |
| | Concorrência | |
| | Preços | |
| IV. | Apêndice | 10 |
| | Despesas iniciais | |
| | Determinação da capital inicial | |
| | Fluxo de Caixa | |
| | Instrução de projeção de receita | |
| | Demonstrativo de lucros e perdas | |
| | Balanço | |
| | Previsão de vendas | |
| | Marcos | |
| | Análise de divisão | |
| | Documentos diversos | |

Resumo Executivo



A Empresa

A Legaltech Ação Popular [LAP] nasceu da associação dos conhecimentos dos dois sócios: Fabio Odaguiri LL.M. (acadêmico-jurídico) e, Wilson Amore (tecnologia em sistemas e bancos de dados), que cursaram tecnologia em banco de dados na FATEC Tiradentes.

De um lado, um profissional com capacidade de entrega de resultados em projetos de TI; o outro, profissional atuante e crítico da entrega da justiça no Brasil.

Juntos, perceberam que poderiam devolver uma ferramenta da democracia direta no Brasil aos seus detentores originários – os cidadãos.

Unindo tecnologias existentes e apostando na sede de participação popular na atualidade, surgiu a LAP.

Destaques



Há 147.306.275 eleitores no Brasil,¹ que são os chamados cidadãos (tecnicamente, quem tem direitos políticos, para votar e de ser eleito).

Pesquisas eleitorais demonstram grande descontentamento com as decisões executivas de prefeituras, governos de estado e presidência da república durante a pandemia do COVID-19.

Investigações policiais, do Ministério Público ou do parlamento (CPMI das Fake News) começam a desvendar meios tecnológicos de criação de notícias falsas para induzir a população, que se manifesta na vida real, com ataques morais a opositores e até ataques físicos contra pessoas ou patrimônio alheios.

Há mais de 1.100.000 de advogados no Brasil,² que não podem confiar na estabilidade das decisões judiciais ao longo do tempo (Jurisprudência). Seus clientes não conseguem saber se o resultado da ação judicial é fruto da competência do advogado ou de sorte.

Estima-se que há entre 1.5 a 3 milhões de bacharéis em Direito que,³ mesmo tendo conhecimento jurídico não conseguem passar no exame da Ordem dos Advogados do Brasil ou em concursos públicos das carreiras jurídicas.

Mas será que não existe uma forma de exigir do Poder Público que cumpra as leis, sem precisar esperar a próxima eleição?

Será que, se houvesse tal ferramenta, os agentes públicos não teriam parâmetro objetivo a seguir em suas condutas?

Será que a população não se beneficiaria de tal ferramenta se pudesse, com isso, saber da (i)legalidade do ato administrativo e blindar-se de notícias políticas falsas ou, até exageradas?

[add gráfico das pesquisas]

Os Empreendedores



Wilson Amore Vieira Filho

Técnico em Eletromecânica na FEP – MG em 2008 e em Elétrica na UNINOVE – SP em 2012.

Banco de Dados – FATEC SJC, conclusão prevista 2023.

Atua na área de Telecom desde 2009, com experiências anteriores na indústria automotiva e sistemas de segurança desde 2007. Desenvolvimento de web bot DANZO e sistema de

¹ <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>>

² <<https://www.gazetadopovo.com.br/justica/numero-advogados-brasil-oab/>>

³ <<https://blogexamedeordeordem.com.br/numeros-do-direito-do-judiciario-e-da-advocacia-no-brasil>>

gerenciamento de projetos GANTT NECTO. Conhecimento em JAVA, PYTHON, SQL e metodologia SCRUM.

Fabio Odaquiri LL.M.

Mestre em Direito das Organizações Internacionais com Especialização em Direitos Humanos (2009), Especialista em Direito Imobiliário (2016) e Processo Civil (2018). Formou-se na ETEP em Informática Industrial.

Atuou por 8 anos em projetos de TI, sucedido da advocacia desde 2008.

Objetivos



Devolver a ferramenta de participação popular direta na democracia aos cidadãos, os verdadeiros destinatários da ação popular.

Declaração de missão



Alinhar os interesses do povo e do Estado, dando voz aos primeiros para que o segundo aperfeiçoe a sua conduta, numa democracia digital eficiente e segura.

Chaves para o sucesso

Traduzir aos cidadãos as regras da ação popular para que adiram e para que utilizem a ação popular com responsabilidade.



Minimizar a influência do poder econômico;

Uniformizar entendimento sobre temas comuns para que os agentes públicos tenham bases objetivas na tomada de decisão.

Reestabelecer o equilíbrio entre a coletividade e o indivíduo.

Descrição dos negócios



Pela união da iniciativa popular, da tecnologia da informação e da comunidade jurídica ociosa, busca-se baixo custo proporcional, velocidade sobre-humana e assertividade jurídica aos pedidos da ação popular.

Por um lado, parece distante da imensa maioria da população a contratação de um advogado para exercer seu direito de eleitor na limitação da conduta dos agentes públicos.

Por outro lado, já existe tecnologia capaz de alinhar entendimento jurídico sobre temas afeitos ao Interesse Público, direitos coletivos ou transindividuais.

Assim, seria mais provável que um grupo heterogêneo de milhares de pessoas (em inúmeras características) criasse, financiasse e pedisse ao Estado-juiz que um ato administrativo seja cessado ou revertido e que os cofres públicos fossem ressarcidos.

O fato é que, uma pessoa sozinha raramente o faz. Por vezes, grupos sociais constituídos na forma de sindicatos ou partidos políticos utilizem a ação popular, todavia, carecem da heterogeneidade e isenção.

A principal meta é elevar a qualidade do debate público, num "locus" apropriado, com idêntico tempo para a manifestação dos múltiplos interessados, para que a decisão final seja pacificadora e facilitadora da evolução da qualidade do serviço estatal.

Propriedade da empresa/entidade legal



A empresa começará na forma de uma sociedade limitada, podendo migrar para outros tipos societários (sociedade anônima ou organização social de interesse público, por exemplo), após seu crescimento orgânico.

Trata-se de empresa de serviços de intermediação de tecnologia e de mão de obra qualificada em prol da paz social.

O módulo da participação dos advogados pode exigir autorização da OAB. Porém, a plataforma pode funcionar bem sem tal autorização.

Local



Sendo uma empresa de tecnologia a ser acessada virtualmente por eleitores em todo o país, não há obrigatoriedade de localização física em determinado local ou filiais.

De qualquer forma, o local escolhido será o Parque Tecnológico de São José dos Campos - SP, para aproveitar a sinergia de empresas de tecnologia, sejam as consolidadas, sejam as startups e a infraestrutura apropriada.

Interior



Sendo empresa de tecnologia, a implantação do Método Ágil é uma necessidade. Para tanto, o espaço que permita a livre circulação de ideias, com o máximo de ergonomia e conforto com o mínimo de barreiras físicas ou institucionais pode ser copiado de espaços de coworking já populares no Brasil.

Meios de compartilhamento de telas, menos paredes, talvez vidro, telas com a informações atualizadas da empresa e das etapas do projeto para toda as equipes permitirão a agilidade.

A instalação de móveis ergonômicos, alimentação saudável gratuita, locais de descanso e alongamento de tendões e outras partes do corpo, para tomar sol, hão de permitir o melhor das equipes.

No início, deverão ser contratados serviços de tecnologia (provedores e data centers), de forma que pouca metragem é exigida no início.

Horas de operação



24 x 7, a plataforma dependerá pouco da intervenção da empresa após o início da produção, exceto como mediadora de questões apresentadas pelos grupos de participantes.

Produtos e Serviços



Petição on-line sobre um ato da administração pública que o eleitor entende como "lesivo ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural".

O abaixo-assinado eletrônico percorre o Brasil em busca de assinaturas em número equivalente ao da iniciativa popular, "no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles", por um prazo determinado (ex: 7 dias)

Atingido o mínimo de eleitores, o abaixo-assinado retorna aos votantes para estabelecer contribuição financeira individual para ver cessado o ato da administração pública considerado lesivo, ex: R\$ 10,00, por um prazo determinado (ex: 7 dias)

Os profissionais da área jurídica têm 3 dias para apresentar suas teses, por meio de dropdown lists, fundamentando com artigo de leis e princípios, fundamentando com a página da doutrina ou o link do julgado que consolida a jurisprudência que entendem fundamentar o pedido.

A inteligência artificial faz a jurimetria nos tribunais competentes e apresenta a(s) melhor(es) teses (cerca de horas).

Os profissionais do Direito que apresentaram a tese são premiados com um valor simbólico (% da arrecadação) dividida pelos vencedores; Dentre esses, podem candidatar-se a patrocinar a causa, sendo o dinheiro liberado por petição e por etapa (oriundo de outra % da arrecadação);

O resultado das decisões judiciais tornar-se-á público sempre que a questão não tramite sob sigredo de justiça (que é exceção).

Fornecedores



1. Change.org (ou sites similares de abaixo-assinado);
2. IBM - Watson ou similares;
3. Empresa de crowdfunding de prestígio e auditado por consultoria de renome;
4. Operadores do Direito (bacharéis e advogados);
5. Embaixadores sociais/Líderes Comunitários;

Lista de Preços



O preço começa em R\$ 10,00 por pessoa, identificada pelo título de eleitor válido.

Fabricação



A plataforma é um sistema centralizador de outras plataformas existentes (Change.org, IBM-Watson, sites de crowdfunding) e o desenvolvimento será interno. Não há fabricação de produtos "per se".

Gerência



Com mestrado em Direito Internacional, duas especializações (Direito Imobiliário e Processo Civil), 10 anos de advocacia, o sócio Fabio Odaguiri possui experiência suficiente para fazer a análise crítica e apontar onde o Sistema de Justiça pode se beneficiar com a ferramenta.

Com sólida carreira em projetos de tecnologia, tanto em eletrônica como em desenvolvimento de sistemas, o sócio Wilson Amore tem a capacidade de coordenar a equipe de desenvolvimento e conectar as plataformas parceiras à LAP.

A equipe de desenvolvimento dependerá de profissionais das áreas de: Inteligência Artificial jurídica, meios de pagamento seguro em crowdfunding, segurança na identificação de usuários, bem como atendimento aos clientes (operadores do direito, embaixadores, líderes sociais e os próprios eleitores signatários de abaixo-assinados).

No início, a equipe administrativa e comercial ficará com o sócio Fabio; a equipe de tecnologia será comandada pelo sócio Wilson.

O perfil dos profissionais é de pessoas que sabem aprender fazendo, senso ético e de responsabilidade com o interesse coletivo.

A remuneração terá o máximo do permitido pela legislação para a parte variável e, originar-se-á de uma % do valor arrecadado pelo crowdfunding.

O desenvolvimento da equipe será feito por consultoria externa, ex: especializada em metodologia "Blue Ocean".

Gerenciamento Financeiro



O Brasil tem mais de 147 milhões de eleitores.

Sendo o mínimo para virar ação popular a proporção de 1% do eleitorado nacional (cerca de 800 mil pessoas) a R\$ 10,00 cada, teríamos R\$ 8.000.000,00 arrecadados.

A proporção de 3% vai para todos os operadores do Direito que apresentaram a tese jurídica vencedora, eleita pela I.A.

Hipoteticamente com 2.000 advogados concorrentes que acertarem a melhor tese, eles ganhariam R\$ 120,00 pela participação.

A proporção de 5% vai para o pagamento das custas e despesas judiciais e operacionais do processo da ação popular;

A proporção de 5% vai para todos os advogados que forem eleitos pelos peticionantes para trabalhar na ação e, serão avaliados a cada etapa do processo, podendo sempre ser substituídos pelos peticionantes.

A proporção de 15% vai para cursos de certificação de cidadãos brasileiros, para promover a educação político-jurídico-eleitoral de pessoas que tenham a disponibilidade para atuar localmente em suas esferas políticas, ex: condomínio, associação de bairros, conselho de segurança comunitário, até cargos eletivos públicos remunerados (vereança, prefeitura etc.).

A proporção de 3% vai para os grupos sociais locais com participação política efetiva, para eventos de integração local, ex: festa junina do bairro, gincanas, competições recreativas e esportivas. Essa verba visa aproximar o povo do Poder Público e bancar os custos de infraestrutura; Ao Poder Público caberá o suporte (ambulância, vistoria dos bombeiros, policiamento) e será vedada a promoção político-partidária.

A proporção de 15% vai para pesquisa científica em Ciência de Dados, que permita a atuação constante de ações contra manipulação da opinião pública, mentelício, lavagem cerebral e outras correntes contra-científica, para dar resposta veloz aos eleitores.

A proporção de 30% vai para investimentos na própria empresa.

A proporção de 10% vai para pagamento de custos e despesas da empresa;

A proporção de 14% vai para os sócios, até o limite de R\$ 4.000.000,00, sendo o excedente revertido proporcionalmente para as rubricas acima.

Marketing



Há 3 clientes da plataforma: eleitores, operadores do Direito (bacharéis e advogados), comunidade.

Análise de Mercado



O mercado é composto pelos 147 milhões de eleitores brasileiros, os 1,1 milhão de advogados, um sem número de bacharéis em direito, e a comunidade que receberá os treinamentos, certificações e outras verbas para pesquisa científica e atividades de integração com o Poder Público.

Com o advento da Internet Móvel e da popularização dos Smartphones,⁴ os clientes estão em todo lugar, incluindo-se os brasileiros com título de eleitor válido fora do país.

A necessidade existe.

Muitas pessoas, eleitores ou não, passaram a sentir-se livres para dar voz às suas opiniões, especialmente no âmbito político-jurídico, que ocupa muito espaço na mídia atualmente.

Nessa empreitada, a população acaba por fragmentar pensamentos que, pela incompletude, geram muito ruído no meio social, especialmente no ambiente virtual (v.g. mídias sociais).

Reconhecendo uma fase de desinformação que os fragmentos geram na sociedade (eleitores ou não), pode-se dizer que as pessoas passaram a expressar-se sobre temas complexos tal qual o Direito e sobre o Sistema de Justiça do país.

Para estruturar esses anseios, adequando-os à forma jurídica correta para expressar tal vontade, a Constituição Federal devolve o poder ao povo, para que interfira diretamente em certas decisões: o voto, o plebiscito, o referendo e ação popular.

Para evitar que pessoas ignorem as ferramentas disponíveis da participação popular, perdendo a esperança ou agindo contra ou à margem da lei, a LAP veio para fazer os "sem-voz" expressarem seu descontentamento da forma juridicamente cabível.

Segmentação de mercado



A segmentação dentre os clientes (pagantes) "eleitores" se dá entre eleitores obrigatórios e facultativos (aquele entre 16 e 18 anos incompletos, analfabetos e maiores de 70 anos).

Para os clientes (prestadores de serviço de remuneração aleatória) "operadores do Direito", há segmentação geográfica para os advogados (unidades da federação); para os bacharéis, não há segmentação.

Para os clientes "comunidade" (recebedores de serviços gratuitos), há segmentação geográfica e vai depender de associações de bairro, condomínios e prefeituras, bem como institutos de pesquisas que deverão submeter seus projetos à LAP.

Concorrência ou Parceria



Atualmente, há empresas que fazem partes do objeto da plataforma LAP. Porém, nenhum com o objetivo de agir/ ser ativo na implementação de ferramentas tecnológicas para a sustentar a participação democrática.

Portanto, serão parceiros.

O sítio CHANGE.ORG faz petições rodarem os países para apresentar as pessoas que desejam dar voz a um pleito comum.

O WATSON-IBM, já adotado pelo departamento jurídico da Caixa Econômica Federal, faz a eleição da tese jurídica a fundamentar uma ação judicial;

A CATARSE é um site brasileiro de crowdfunding para projetos em diversas áreas com baixo financiamento público (<https://www.catarse.me/>)

Os institutos de pesquisa também podem fornecer auxílio no "motor" da Ciência de Dados que a plataforma necessitará.

Preços



A política de preços é baseada no valor mínimo que um eleitor investiria para ver seu pedido efetivado, após saber que há 800.000 de pessoas com objetivo comum. Por isso, R\$ 10,00 foi considerado um valor acessível e que pode fazer o cliente refletir sobre a sua própria ideia ("is your money where your mouth is?" ou será que estou gratuitamente "destilando ódio" nas redes sociais?).

É possível criar um algoritmo que torne o preço flutuante, caso haja mais pessoas do que o mínimo (800.000), o preço deve cair. Uma terceira alternativa é informar um valor mínimo que a plataforma necessita e, informar quantas pessoas precisam contribuir para o projeto ser iniciado.

Uma vez lançado o LAP, será estratégico associar-se à Associação Brasileira de Lawtechs e Legaltechs - AB2L (<https://www.ab2l.org.br/>), onde verifica-se que não há concorrência..

Publicidade e promoção



Na primeira fase de lançamento, faremos publicidade em eventos de lançamento de startups (onde buscaremos investidores-anjo);

Uma vez obtido o capital inicial, as plataformas parceiras serão o segundo ponto de apoio, para divulgar nosso site.

As matérias jornalísticas de cadernos especializados poderão ser uma terceira fonte.

Os eventos da AB2L e a composição do quadro de associados serão uma quarta fonte de divulgação passiva.

Após as primeiras entregas (Sprints) do projeto de desenvolvimento da LAP, será iniciada uma campanha de lançamento por meio de empresa de mídia digital, que distribuirá a verba disponível pelos meios de comunicação mais apropriados.

Buscaremos ao menos um instituto de pesquisa para lançar o módulo de abaixo-assinado para gerar dados estatísticos e analisar as respostas do público.

Estratégia e implementação



Será utilizado o Método Ágil, com KANBAN gerenciado por um SCRUM MASTER e 3 PRODUCT OWNERS.

Na fase de lançamento, seguiremos os passos descritos em "Publicidade e Promoção" e "Concorrência". Após encontrar o investidor-anjo, poderemos iniciar contratações por meio de recrutamento on-line, aluguel da sala no Parque Tecnológico, contratação dos serviços retromencionados e aquisição de equipamentos.

Apêndice

Despesas iniciais

| | |
|-------------------------------------|--|
| Licenças de negócios | Softwares |
| Despesas da Incorporação | Zero |
| Depósitos | R\$ 75.400,00 |
| Conta bancária | Zero (conta digital) |
| Aluguel | R\$ 1.200,00 (coworking para 2 pessoas) |
| Modificação interna | Zero |
| Equipamento/maquinário necessário: | |
| Item 1 | R\$ 12.000,00 (2 x laptops) |
| Item 2 | R\$ 1.200,00 (Impressora) |
| Item 3 | |
| <i>Equipamento total/Maquinário</i> | <i>R\$ 13.200,00</i> |
| Seguro | R\$ 1.000,00 (2 vidas) |
| Papel de carta/cartões de visita | 600,00 |
| Folhetos | 600,00 |
| Anúncio pré-lançamento | Zero |
| Inventário inicial | |
| Outro (lista): | R\$ 60.000,00 (capital de giro = 12 meses) |
| Item 1 | |
| Item 2 | |
| TOTAL DE DESPESAS INICIAIS | 75.400,00 |

Determinação da capital inicial




- *Tratando-se de startup, não haverá fluxo de caixa até que a plataforma seja lançada. Uma vez lançada, as primeiras rodadas de abaixo-assinado serão "gamificadas" e gratuitas para servir de teste (sem a propositura da ação popular). Segue exemplo do que pode ser o faturamento da LAP.*

| | Mês 1 | Mês 2 | Mês 3 | Mês 4 | Mês 5 | Mês 6 | Mês 7 | Mês 8 |
|---------------------------------|------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Caixa inicial | R\$ 60.000,00 | | | | | | | |
| Caixa em: | | | | | | | | |
| Vendas à vista paga | Zero | | | | | | | |
| Recebíveis | Zero | | | | | | | |
| Total em Dinheiro de Entrada | Zero | | | | | | | |
| Desconto: | | | | | | | | |
| Aluguel | 1200,00 | | | | | | | |
| Código de pagamento | | | | | | | | |
| Outros | | | | | | | | |
| Total em Dinheiro de Saída | 3.800,00 | | | | | | | |
| Saldo Final | | | | | | | | |
| ALTERAR (FLUXO DE CAIXA) | 55.000,00 | | | | | | | |

Fluxo de Caixa


| | Mês 1 | Mês 2 | Mês 3 | Mês 4 | Mês 5 | Mês 6 | Mês 7 | Mês 8 | Mês 9 | Mês 10 | Mês 11 | Mês 12 |
|--------------------------------------|-----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|-----------------|
| Caixa inicial | 60.000,00 | | | | | | | | | | | |
| Caixa em: | | | | | | | | | | | | |
| Vendas em Dinheiro | zero | zero | zero | zero | zero | zero | zero | zero | zero | zero | zero | zero |
| Recebíveis | zero | zero | zero | zero | zero | zero | zero | zero | zero | zero | zero | zero |
| <i>Ventilação total</i> | | | | | | | | | | | | |
| Desconto (despesas): | | | | | | | | | | | | |
| Aluguel | 1.200,00 | 1.200,00 | 1.200,00 | 1.200,00 | 1.200,00 | 1.200,00 | 1.600,00 | 1.600,00 | 1.600,00 | 1.600,00 | 1.600,00 | 1.600,00 |
| Licenças | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 |
| Folha de pagamentos (incl. impostos) | Zero | zero | zero | zero | zero | zero | zero | zero | zero | zero | zero | zero |
| Benefícios | zero | zero | zero | zero | zero | zero | zero | zero | zero | zero | zero | zero |
| Pagamentos de empréstimo | zero | zero | zero | zero | zero | zero | zero | zero | zero | zero | zero | zero |
| Viagem | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 |
| Seguro | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |
| Publicidade | | | | | | | | | | | | |
| Taxas Profissionais | | | | | | | | | | | | |
| Material de escritório | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |
| Postagem | | | | | | | | | | | | |
| Telefone | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |
| Internet | 150,00 | 150,00 | 150,00 | 150,00 | 150,00 | 150,00 | 150,00 | 150,00 | 150,00 | 150,00 | 150,00 | 150,00 |
| Tarifas bancárias | zero | zero | zero | zero | zero | zero | zero | zero | zero | zero | zero | zero |
| Saída total de caixa | 3.650,00 | 3.650,00 | 3.650,00 | 3.650,00 | 3.650,00 | 3.650,00 | 4.050,00 | 4.050,00 | 4.050,00 | 4.050,00 | 4.050,00 | 4.050,00 |
| SALDO FINAL | | | | | | | | | | | | 3.800,00 |

Instrução de projeção de receita

| | | |
|--|-----|------------------|
| <div>  R\$ 8.000.000,00 por ciclo concluído. </div> | | |
| Remuneração dos operadores do Direito que acertaram a tese jurídica vencedora, eleita pela I.A. Hipoteticamente com 2.000 advogados concorrentes que acertarem a melhor tese, eles ganhariam R\$ 120,00 pela participação. | 3% | R\$ 240.000,00 |
| Custas e despesas judiciais e operacionais do processo da ação popular; | 5% | R\$ 400.000,00 |
| Remuneração de todos os advogados que forem eleitos pelos peticionantes para trabalhar na ação e, serão avaliados a cada etapa do processo, podendo sempre ser substituídos pelos peticionantes. | 5% | R\$ 400.000,00 |
| Investimento em cursos de certificação de cidadãos brasileiros, para promover a educação político-jurídico-eleitoral de pessoas que tenham a disponibilidade para atuar localmente em suas esferas políticas, ex: condomínio, associação de bairros, conselho de segurança comunitário, até cargos eletivos públicos remunerados (vereança, prefeitura etc.). | 15% | R\$ 1.200.000,00 |
| Investimento em eventos de integração local da população com o Poder Público, destinado a grupos sociais locais com participação política efetiva, para ex: festa junina do bairro, gincanas, competições recreativas e esportivas. Essa verba visa aproximar o povo do Poder Público e bancar os custos de infraestrutura; Ao Poder Público caberá o suporte (ambulância, vistoria dos bombeiros, policiamento) e será vedada a promoção político-partidária. | 3% | R\$ 240.000,00 |

| | | |
|---|-----|------------------|
| Investimento em pesquisa científica em Ciência de Dados, que permita a atuação constante de ações contra manipulação da opinião pública, mentelício, lavagem cerebral e outras correntes contra-científica, para dar resposta veloz ao eleitores. | 15% | R\$ 1.200.000,00 |
| Investimentos na própria empresa (TI e licenças). | 30% | R\$ 2.400.000,00 |
| Custos e despesas da empresa; | 10% | R\$ 800.000,00 |
| Prolabore e Distribuição de Lucros aos sócios, até o limite de R\$ 4.000.000,00 por pessoa, por ano, sendo o excedente revertido proporcionalmente para as rubricas acima. | 14% | R\$ 1.120.000,00 |

Demonstrativo de lucros e perdas

 Esta tabela essencialmente contém as mesmas informações básicas da instrução de projeção de receita. As empresas estabelecidas usam esse tipo de instrução para fazer comparações de um período a outro. Muitos credores podem exigir demonstrativos de lucros e perdas para os últimos três anos de operações.

Em vez de comparar a receita real e as despesas com uma média industrial, essa forma de demonstração de lucros e perdas compara cada item de receita e despesas com o valor orçado para ele. A maioria dos sistemas informatizados de contabilidade pode gerar uma declaração de lucros e perdas para o (s) período (s) exigido (s), com ou sem comparação de orçamento.

Lucros e perdas, versus Orçamento Real: ([mês inicial, ano]—[mês final, ano])

Os incentivos fiscais e o abatimento do IR para os investimentos na sociedade civil e a forma societária adequada tornam o custo da operação irrelevante, se moderado e em ambiente compartilhado de startup.

Previsão de vendas

 Com um ciclo completo de abaixo-assinado, o projeto está garantido por 3 anos à frente.

Marcos

 O primeiro investimento pé dos sócios, para participar das rodadas de startup e encontrar um investidor-anjo. Após, será conectar as plataformas parceiras e lançar a LAP.

Análise de divisão

 • Com um ciclo completo de abaixo-assinado, o projeto está garantido por 3 anos à frente.

Documentos diversos

 • Currículos dos Sócios